



Não há restaurante, transporte e moradia estudantis!

O que fazer diante da ditadura de classe na universidade?

A reitoria e os governos são responsáveis por não ter restaurante, transporte ou moradia estudantis. O Poder de decisão está nas mãos da burocracia universitária vinculada ao Estado. A ela cabe decidir quem fica ou quem sai da universidade após a matrícula. Se você não pode pagar pela refeição, a reitoria decide quem come ou quem passa fome. Se você não pode pagar o aluguel, a reitoria decide quem mora ou quem fica desabrigado. Se você não tem como pagar a passagem, a reitoria decide quem deve ou não vir à universidade.

A reitoria serve ao cumprimento da ditadura de classe na universidade. Ela exclui os mais proletarizados e inclui a burguesia e a pequena burguesia. Esse é um dos efeitos da educação determinada pelo poder econômico. Submetida ao Estado e às diretrizes internacionais para a educação.

A crise econômica mundial vem afetando mais duramente o país. As montadoras, que são um ramo chave da economia, foram atingidas. Houve queda na exportação, as férias coletivas são aplicadas e as demissões anunciadas. As universidades não ficarão à

margem da crise. A reitoria, a mando do Estado, intensificará as medidas privatistas e elitistas.

A tendência é caminhar a passos marcados ao aprofundamento da destruição da universidade pública, com o autoritarismo repressivo da reitoria e dos governos. As condições mínimas de estudo estão em choque com os interesses de uma minoria que controla a universidade.

O que fazer diante desse quadro? Levantar-se em defesa da independência frente ao Estado burguês e sua burocracia universitária. Lutar pelo fim do reitorado. Por um governo na universidade composto por estudantes, funcionários e professores. Um governo da maioria: o GOVERNO TRIPARTITE.

O GOVERNO TRIPARTITE retirará a decisão das mãos da casta burocrática e passará para as mãos dos que estudam e trabalham, submetidos à democracia do movimento.

Por um GOVERNO TRIPARTITE, submetido à assembleia geral universitária com voto universal e com mandato revogável! SEM REITOR!

Derrotar a direção conciliadora do DCE da USP

Até o fechamento da edição desse boletim, o DCE passa pelo processo eleitoral de escolha da próxima direção. Há nove chapas inscritas, que se dividem em três blocos: uma chapa da direita, a chapa da situação PSol/PSTU e as chapas da esquerda de oposição, que comparece totalmente fragmentada, cada uma com sua própria chapa.

O POR e independentes compõem a chapa Frente Poder Estudantil, que é a expressão de uma política de unidade, por convocar, desde a calourada, toda a oposição organizada e independente a constituir uma chapa de unidade de oposição para a direção do DCE.

A carta programa da Frente Poder Estudantil possui 10 pontos: 1) defesa da universidade pública, combate ao privatismo, 2) financiamento integral da universidade pelo governo do Estado, 3) resolução imediata do problema da EACH segundo as reivindicações dos estudantes (EACH é um campus interditado por contaminação do solo), 4) defesa da real autonomia universitária, por um GOVERNO TRIPARTITE e dissolução do CO, 5) Fora PM! Fim de Todos os Processos! 6) Por um tribunal popular para julgar os crimes da burguesia, 7) defesa das assembleias de curso e geral, 8) defesa do método da ação direta, 9) devolução dos blocos K e L (antigos prédios de moradia hoje ocupado pela reitoria) e 10) Abaixo a copa burguesa!

O histórico de conciliação com a reitoria das últimas gestões do DCE PSol/PSTU mostra que é uma necessidade varrer essa direção, que tem sido um obstáculo ao movimento estudantil. É uma direção que burocratiza a entidade e que estreita os laços com a

reitoria após desmontar o movimento que se levantou em 2013 contra o reitorado.

O movimento sentirá a necessidade de superar sua direção reformista e centrista para conquistar efetivamente a real democracia na universidade, pondo abaixo o reitor e toda a casta burocrática vinculada ao Estado, e instituindo um governo da maioria, o GOVERNO TRIPARTITE. Lutar por um DCE sem a atuação direção conciliadora (PSol e PSTU) é parte da luta pelas reivindicações e contra a reitoria.

Essa deveria ser a tarefa de toda a esquerda de oposição, atuante no movimento do ano passado (POR, LER-QI, MNN e PCO), que se unificou ao redor das reivindicações do movimento e se chocou com a direção conciliadora do DCE nas assembleias. No entanto, todas as esquerdas negaram o chamado do POR pela unidade. São irresponsáveis com o movimento por não combaterem de maneira consequente o PSol e o PSTU, que defendem o reitorado, quando o movimento reivindicou o seu fim. O divisionismo imposto pelas correntes é uma consequência de sua linha política, que igualmente não se opõe à atual estrutura autoritária de poder. A Estatuinte defendida pela LER-QI e as Diretas Universais, pelo MNN, não estão em oposição à reitoria. Negam-se à unidade porque negam o movimento de 2013. Negam o GOVERNO TRIPARTITE aprovado nas duas maiores assembleias do movimento do ano passado. O efeito dessa irresponsabilidade é estender a permanência da política conciliadora e antidemocrática do PSol e PSTU e adiar a vitória final sobre a reitoria.

Abaixo publicamos o manifesto do POR, distribuído no dia 31 de março. Nesse manifesto o POR se levanta em defesa dos jovens presos por se manifestarem no ato contra a copa burguesa. Que todos os oprimidos se levantem contra a copa assassina e carcereira. Em defesa da vida dos milhares famintos, desempregados e corroidos pela dura exploração! Acima de tudo, tomemos em nossas mãos a tarefa de derrubar o Estado burguês, causa de todas as barbaridades, de toda a opressão.

Nos 50 anos do golpe militar de 1964, manifestação da juventude é reprimida e vários jovens são encarcerados em Salvador-BA!

Liberdade imediata para os jovens presos políticos!

Em defesa do direito democrático de expressão e manifestação! A repressão aumentará! É preciso que os ativistas e organizações de esquerda construam um comitê contra a repressão!

No dia 29 de março, ocorreu uma manifestação da juventude contra a copa milionária dos capitalistas, para denunciar a ganância desenfreada dos governos federal e estaduais e reivindicar que os recursos sejam aplicados na educação, moradia, saúde, transporte públicos. A manifestação ocorreu às vésperas de completar 50 anos do Golpe Militar de 1964, responsável pelo assassinato, tortura, desaparecimentos, exílios de centenas de pessoas e pela repressão de organizações políticas de esquerda e movimentos sociais de operários, camponeses e da juventude.

A concentração ocorreu na Praça do Campo Grande e saiu em passeata até a Arena Fonte Nova. Ocorria a festa de aniversário da capital, patrocinada pela prefeitura. O objetivo da manifestação era demonstrar a profunda indignação com os gastos estratosféricos dos governos para fazer uma copa, no momento em que a população pobre passa as mais profundas privações, os trabalhadores e seus filhos morrem nos corredores dos hospitais em condições desumanas, a educação vegeta sem as condições adequadas de estudo e trabalho para professores e estudantes, os sem tetos peregrinam pelo direito à moradia, os camponeses e indígenas são expulsos das terras pelo agronegócio e a população trabalhadora sofre cotidianamente a precariedade dos transportes públicos. Bilhões são entregues às construtoras, aos empresários à FIFA.

Atuando como provocadores, os agentes da Guarda Municipal de Salvador provocaram um incidente para justificar a repressão aos jovens, que foram obrigados a deitar no chão, sofreram choques e mais de uma dezena foram encarceradas como se fossem

desordeiros, quadrilheiros, criminosos. O seu "crime": exercer o direito de livre manifestação e expressão, denunciar os gastos da copa e os interesses por trás do megaevento e lutar por educação, saúde, moradia e transporte públicos. Entre os presos, constam dois estudantes militantes do Partido Operário Revolucionário (POR).

A repressão tende a aumentar à medida em que a copa for chegando. Está em curso a aprovação de uma Lei Antiterror, que penaliza os lutadores e os movimentos sociais, restringe a liberdade de expressão e manifestação e limita o direito de greve. Não podemos mais tolerar esse estado de coisas. É preciso defender com firmeza, por meio da ação direta (manifestações, greves, ocupações, assembleias) o direito à livre expressão e manifestação. É preciso defender o direito irrestrito de greve contra as amarras imposta pelo governo e parlamento. O POR conclama as demais organizações, ativistas, militância de esquerda e os trabalhadores a constituir um COMITÊ CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO E REPRESSÃO ÀS LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS, atuando no sentido de denunciar essa situação e defender de forma coletiva, política e juridicamente, o conjunto dos lutadores e da juventude oprimida.

LIBERDADE IMEDIATA DOS JOVENS LUTADORES ENCARCERADOS PELO ESTADO! SOLIDARIDADE ÀS LUTAS DE TODOS OS EXPLORADOS DO CAMPO E DA CIDADE! NÃO DESCANSAREMOS UM MINUTO ENQUANTO TODOS OS JOVENS NÃO FOREM LIBERTADOS!

Este boletim também publica o chamado do Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão de São Paulo a todas as organizações a defenderem de maneira unitária a repressão do Estado policial

Combater a repressão do Estado policial com unidade

O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão convoca a todas as entidades sindicais, centrais, entidades estudantis, correntes políticas e todos os lutadores a comporem este Comitê.

Conformemos um bloco unitário e coeso, sob o funcionamento da democracia operária, para combater a repressão do Estado policial.

Coloquemos-nos de maneira consequente contra a repressão. Não há combate real se estiver assentado na fragmentação, sendo a mais nefasta de todas as respostas individuais, puramente jurídicas, e por isso ineficiente quando se trata de um ataque ao conjunto dos movimentos que se levantam.

O Estado é coeso. Detém o monopólio da violência. A violência é justamente o poder do Estado.

A ação policial é bárbara. Inflama-nos de revolta. Mas a revolta é força motriz se submetida a uma ação coletiva e organizada.

Defendamos a vida da maioria oprimida. Coloquemos-nos contra a repressão do Estado como parte da defesa das reivindicações das massas.

O Estado se arma com legislações anti-operárias e anti-populares, como as leis anti-greve e anti-terrorismo, fortalece seu arsenal e aparato militar. Mas, a mais brutal ação do Estado não é capaz de parar definitivamente o movimento das massas.

Sigamos a luta camaradas. Somos responsáveis pela defesa de todos aqueles que lutam pelas necessidades mais gerais da maioria oprimida contra os interesses da minoria.

Fortaleçamos o Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão!



**Conheça nosso programa: www.pormassas.org
Entre em contato: estudantil@pormassas.org**

Ocupação do Complexo da Maré –RJ: Mais um ataque aos moradores da periferia!

No dia 05 de abril, ocorreu a ocupação do Complexo da Maré pelo Exército, zona norte do Rio. A ação é parte do esquema de segurança da Copa. A região fica próxima das linhas Amarela e Vermelha e já estavam sob ocupação do BOPE (polícia militar). Com um contingente de 2.500 homens das Forças Armadas, que serão “auxiliados” por mais 200 policiais militares. A justificativa da ocupação é não ter ocorrido a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Os 130 mil habitantes terão de conviver com as metralhadoras e bases das Forças Armadas. Um território de guerra.



Esta ação servirá para aumentar o massacre sobre a juventude, para uma repressão aos movimentos sociais e para garantir a realização dos megaeventos. Não podemos aceitar mais esta opressão aos bairros pobres. A população oprimida, os jovens, os movimentos sociais e todas as organizações de esquerda devem se levantar contra essa militarização da vida social, a institucionalização da repressão policial sobre a população pobre.

Esta ação servirá para aumentar o massacre sobre a juventude, para uma repressão aos movimentos sociais e para garantir a realização dos megaeventos. Não podemos aceitar mais esta opressão aos bairros pobres. A população oprimida, os jovens, os movimentos sociais e todas as organizações de esquerda devem se levantar contra essa militarização da vida social, a institucionalização da repressão policial sobre a população pobre.

Desmantelamento da polícia militar! Defesa irrestrita de manifestações e greves! Contra a Lei Geral da Copa! Formação de milícias populares! Instauração dos Tribunais Populares!

Permanência... Só na lista de espera

Não basta ter passado pelo funil excludente do vestibular. Ao nos matricularmos, enfrentaremos obstáculos para permanecer na universidade. Falta a alimentação, moradia e transporte que são fundamentais.

A burocracia estipula datas e supostamente seleciona o mais pobre para receber a ajuda financeira. E aqueles que perderam a data da solicitação terão de aguardar... Como é que esses que perderam o prazo, ou até mesmo os que pediram e não conseguiram, poderão dar continuidade aos seus estudos? Afinal... a escola inclui ou exclui o estudante?

Diante da evasão, alguns falam simplesmente: “não gostou do curso” ou “não quer estudar” ou “não quer trabalhar”. As condições materiais de permanência não são faladas. Estes estudantes na sua maioria estão desempregados. As suas famílias, quando empregadas, o salário mal dá para manter as despesas básicas.

Como organizar para conquistar a permanência? Cabe ao movimento estudantil pressionar as direções dos CAs e no grêmio estudantil para organizarem plenárias e convocar a assembleia geral dos estudantes. Coletivamente, colocarão de pé a luta em defesa dos estudantes que necessitam das condições materiais para estudar.

IFSP – Caraguatatuba

Cadê a comida? Cadê o transporte? Cadê a moradia?

O Instituto Federal de Caraguatatuba apresenta problemas estruturais como alimentação, transporte e moradia, que dificultam a permanência do aluno. O campus sequer possui uma cantina, em alguns casos existem os que levam “salgados” para serem vendidos esporadicamente, mas no geral ou o estudante paga, leva sua marmita ou passa fome!

O transporte é mais um dos obstáculos. A prefeitura municipal nega a meia passagem. Há também a questão do acervo limitado da biblioteca, que não atende às necessidades dos estudantes. Os institutos federais, mesmo se valendo dos programas de auxílio, como o PAE (Programa de Auxílio Estudantil), não resolvem os problemas reais de quem estuda, o auxílio é pequeno frente às dificuldades de permanência e chega atrasado. Não cobre as principais necessidades básicas como: transporte, a alimentação, materiais didáticos e moradia, sendo este último um problema que vem crescendo a cada ano, com a chegada de novos ingressantes de outras regiões. A evasão é a consequência direta das condições precárias de ensino e permanência.

É esse o cenário das faculdades públicas no Brasil, são oferecidas as vagas, mas não as condições para permanecer estudando. Ou seja, o Estado não garante de fato o direito à educação. A juventude deve lutar por essas reivindicações, por uma educação pública e gratuita que atenda as necessidades de permanência de todo estudante.

A luta em defesa da universidade pública na UNIFESP Guarulhos

A cada ano fica explícita a falta de condições de permanência estudantil que atenda a todos na UNIFESP Guarulhos. De um lado, as verbas para as instituições federais são insuficientes; de outro, parte do dinheiro é repassado à iniciativa privada. No caso do Campus da EFLCH, é destinado ao aluguel do prédio acadêmico e administrativo, restaurante e transporte terceirizados, além de outros serviços prestados por empresas privadas à Universidade.

Desde a fundação do campus da Escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas (EFLCH), em 2007, a política privatista e elitista é combatida. Greves conquistaram direitos que hoje não são mais suficientes, a exemplo do transporte universitário. A defesa desses direitos e dos que ainda serão conquistados está inserida na luta em defesa da universidade pública e gratuita a todos.

Temos de dizer quantas vezes forem necessárias que durante esse processo de luta em defesa das condições para estudar na UNIFESP de Guarulhos, sobretudo uma luta pela universidade pública, que diversos estudantes presos e perseguidos politicamente nas greves respondem a processos criminais. O sentido político desses processos é o de criminalizar o movimento estudantil. Está pendente a ampla defesa política e jurídica, não só dos estudantes, mas também das bandeiras e métodos de lutas que devem ser levantados novamente.

USP: Na moradia estudantes se mobilizam contra burocratização da entidade estudantil

Ocorreriam nos dias 3 e 4 as eleições da associação de moradores do conjunto residencial da USP (AMORCRUSP). Passados as férias e o carnaval, o processo eleitoral estava se consolidando totalmente à parte dos moradores e servindo à perpetuação da camarilha burocrática. Um agravante, que fere o direito democrático, é o veto aos novos moradores, ingressantes em 2014.

O POR, junto com independentes, conformou uma frente que inscreveu a única chapa de oposição. Pressionou a AMORCRUSP para realizar um novo processo eleitoral, com ampla convocação e que revertere a exclusão dos “calouros”. A Associação recusou e a frente entrou em campanha por uma assem-

bleia para discutir as eleições.

A campanha foi vitoriosa: realizou-se uma assembleia cheia, apesar do boicote da gestão da entidade, impugnou o processo eleitoral em andamento, tirou um novo calendário, reverteu a exclusão dos calouros e incluiu também a participação dos estudantes expulsos da moradia por perseguição política.

Um dia antes do início das eleições, que a gestão dizia que manteria, aconteceu nova assembleia. Isolados, alguns membros da atual gestão apareceram na assembleia e acataram o novo processo eleitoral. Além da vitória democrática, o novo processo abre um período de mobilização e de discussão programática para a gestão da AMORCRUSP.

Atos Contra Copa: Pela Unidade dos Oprimidos!

No mês de março, os atos Contra a copa continuaram expressando o instinto de revolta da juventude, que reivindica educação, saúde, moradia, emprego, transporte, liberdade de manifestação e contra a violência do Estado burguês nos bairros pobres. Ainda é ausente a classe operária e demais oprimidos organizados nos atos.

No dia 27 de março, ocorreram atos em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Fortaleza. Em São Paulo, ocorreram dois atos em março, dias 13 e 27, o primeiro contra a repressão e em defesa do transporte público e o segundo contra a violência do Estado policial nas manifestações e bairros pobres. Ambos enfatizados pela imprensa burguesa como atos “sem tumultos”. Após as repercussões pela ação violenta da PM nos três primeiros atos, o Estado modificou a tática e enviou seu braço armado para apenas “acompanhar”. A PM Não desfechou balas de borrachas nem bombas, mas se fez presente em uma relação de aproximadamente 1 policial para cada manifestante. A ordem não era para reprimir, apenas guardar o “patrimônio”, como bancos e lojas. Ficou evidenciado que a violência nos atos parte da polícia, por ordem do Estado burguês e não dos manifestantes.

Diante da crise capitalista, o aumento da opressão é que garante o fôlego dos capitalistas. Por isso as demissões, ameaças de desemprego, arrocho salarial e corte de verba para serviços públicos, como saúde e educação. Tudo isso, enquanto dos cofres públicos são saqueados bilhões para custear a copa, festa bilionária



da burguesia e de seus governos. Os atos contra a copa ainda não expressam a unidade dos explorados. O Estado burguês organiza-se nega e tira direitos elementares. Os explorados devem se organizar num bloco unitário para arrancar o atendimento das reivindicações.

Os sindicatos, entidades estudantis, associações de moradores devem convocar assembleias para tirada de delegados que atuem na frente contra a copa. Este movimento deve ser a trincheira na luta pelas bandeiras concretas dos oprimidos. Assimilemos a luta dos garis no Rio de Janeiro, defendamos nossas reivindicações nas ruas.

São Paulo

Lançamento do Livro Programa do Partido Operário Revolucionário

No dia 27 de abril de 2014, em São Paulo, será realizado o lançamento do livro “Programa do Partido Operário Revolucionário (POR)”. Trata-se de uma atualização do programa de 1993, aprovado nos dias 11 e 12 de janeiro deste ano, no XII Congresso Nacional do Partido. O atual programa está enriquecido com as experiências da chegada do reformismo petista ao governo, as cisões aparelhistas nas centrais sindicais e da maior penetração do partido marxista-leninista-trotskista nos movimentos sociais.



O partido é o programa e o programa é o partido! A construção do partido deve se basear na revelação das leis de transformação histórica em nosso país, partindo de suas particularidades históricas, econômicas e de classe.

Milite no POR! Venha discutir nosso programa!

Viva o Programa do POR!

Viva o trotskismo revolucionário! Pela libertação das massas da opressão de classe capitalista!

Rua Silveira Martins, 72 – sala 31 (próximo ao metrô Sé – São Paulo), às 15 h